Novos Protagonistas Nos Ativismos De Bairro: Uma Análise Sobre As Novas Formas de Organização Popular

Autores: Daniel S. M. Jesus e Mariana C. Lins

Endereço eletrônico: danielsouzamj@hotmail.com e maric_lins@hotmail.com

Bolsistas de Iniciação Científica do ETTERN/IPPUR - UFRJ

Resumo:

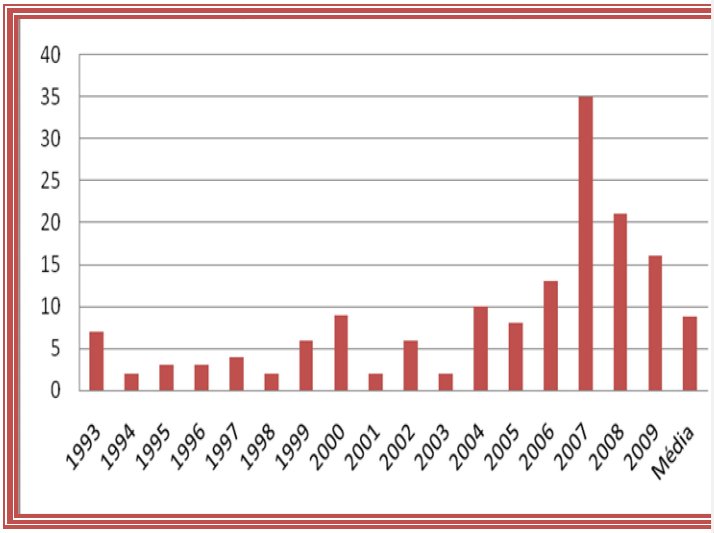
O presente estudo pretende analisar uma mudança no protagonismo político nos movimentos de bairro e sua representante formal, a Associação de Moradores. Os conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro vêm desde 1993 demonstrando uma mudança em relação ao protagonismo nos ativismos de bairro. Se até a década de 80, tais ações coletivas eram protagonizadas, em sua maioria, pelas Associações de Moradores, os dados do Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (www.observaconflitos.ippur.ufrj.br) revelam que, a partir da década de 90, essas ações passaram a ser realizadas majoritariamente por grupos não organizados de moradores ou vizinhos de um mesmo bairro, favela, localidade ou região**,** aqui classificados como “Moradores e Vizinhos”**.** Esses grupos não organizados parecem ser a forma encontrada pela população carioca, principalmente a população de baixa renda, para reivindicar e tornar públicas suas demandas, frente a burocratização dos espaços institucionais e dos muitos adversários que dificultam a livre organização de parcelas da sociedade.

INTRODUÇÃO

Ao observamos a ação dos dois coletivos comunitários - Associação de Moradores e Moradores e Vizinhos – a partir de dados coletados pelo Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber as profundas desigualdades sócio-espaciais presentes na cidade do Rio de Janeiro e na sociedade carioca. As diferentes demandas, as formas de manifestá-las, os agentes a quem elas se dirigem e, principalmente, os locais de origem dos conflitos são bastante esclarecedores quanto ao papel desempenhado pelo Estado na manutenção do modelo capitalista no país e das limitadas margens de manobra disponíveis para os movimentos sociais.

MANIFESTAÇÕES NO PERÍODO DE 1/1/1993 ATÉ 1/1/ 2010

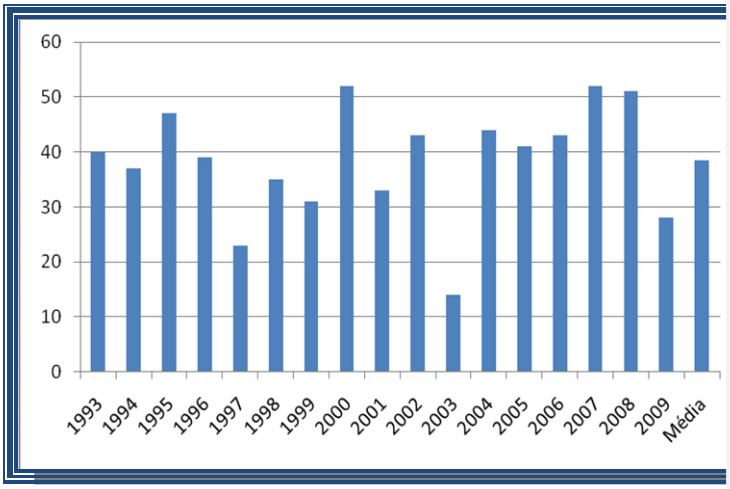
Os “Moradores e Vizinhos” registraram 653 conflitos urbanos no período, sendo o coletivo com o maior número de conflitos no Observatório. Os conflitos mobilizados pelas Associações de Moradores registraram 149 conflitos, sendo, durante esse período, apenas o quinto coletivo em número de manifestações. - As manifestações das Associações de Moradores tiveram a seguinte distribuição ao longo dos anos:



Observando as tabelas notamos que a partir de 2004 há um crescimento considerável, que pode ser explicado pelas mudanças impostas com os preparativos para os Jogos Pan-Americanos de 2007, além de operações policiais no Complexo do Alemão e Providência que deixaram muitos mortos, mobilizando a população.

Gráfico 1: Associações de Moradores por ano

Analisando a distribuição ao longo dos anos do coletivo “Moradores e Vizinhos”, temos a seguinte distribuição:



Os anos de 2000, 2007 e 2008 registraram cada um, 52 conflitos, confirmando o alto número de manifestações no biênio 2007-2008. O alto número de conflitos no ano de 2007, serão explicados pela realização dos Jogos Pan-Americanos, operações policiais no Complexo do Alemão e Providência, a discussão do Plano Diretor do município e a morte violente do menino João Hélio.

Gráfico 2: Moradores e Vizinhos por ano

RELAÇÃO ENTRE COLETIVO MOBILIZADO E OBJETO DO CONFLITO

As Associações de Moradores foram mobilizadas por questões bastante distintas daquelas que mobilizaram os Moradores e Vizinhos. Os objetos que mobilizaram as Associações de Moradores são mais equânimes numericamente e com uma preocupação mais focada nos usos do solo e do espaço público, com um viés claramente conservador. Por outro lado, os Moradores e Vizinhos mobilizaram-se por questões mais vitais como Segurança Pública e Moradia. As Associações de Moradores tiveram a seguinte distribuição entre os objetos de conflitos:

Objeto do Conflito	Conflitos	Objeto do Conflito	Conflitos
Legislação Urbana e Uso do Solo	36	Saúde	4
Acesso e Uso do espaço público	21	Rios, Lagoas e Praias	3
Transporte, Trânsito e Circulação	19	Espaço Sonoro e Visual	3
Segurança pública	18	Energia e Gás	2
Moradia	12	Educação	2
Parques, Jardins e Florestas	9	Patrimônio público	1
Infra-Estrutura urbana	8	Outros	1
Vizinhança	5	Média	9,3

Água, Esgoto e Drenagem	5	Total	149

Tabela 1: Objetos de Conflitos - Associação de Moradores

Observando as tabelas referentes aos objetos reclamados pelo coletivo Moradores e Vizinhos, nota-se que quase 50% dos conflitos são relacionados à Segurança Pública. E mais, aqueles com número de registros superior a média são Moradia, Transporte e Água, demonstrando que questões mais ligadas às necessidades básicas da vida humana são, de fato, as que mais mobilizam a população carioca. Segundo Spessart (1982) essas necessidades básicas são formuladas como condições gerais de reprodução da mercadoria força de trabalho, conforme trecho abaixo:

> *Nas sociedades capitalistas prevalece a tendência de que o salário remunera aquela parte dos meios de reprodução que podem ser adquiridos e produzidos como mercadorias (consumo individual: moradia, alimentação, vestuário, etc); e se organizam as demais necessidades reprodutivas, cuja produção privada como mercadoria é impossível ou desvantajosa, como consumo coletivo, delegado à responsabilidade do Estado.* ***Estas condições gerais de reprodução da mercadoria força de trabalho*** *são financiadas mediante impostos, ou seja em sua maioria através de uma redistribuição forçada das quotas salariais, mas em parte também à custa do fundo de acumulação do capital. Daí o interesse do capital em manter esses gastos a nível mínimo, ou, através da reprivatização dos serviços estatais, transformá-los novamente em mercadoria, fazendo-os recair de novo sobre a classe trabalhadora, e convertendo-os em fontes de enriquecimento (Spessart. P. 122).*

Mas, e quando são lutas que visam apenas a valorização de suas propriedades, como mais vagas de estacionamento, conservação de imóveis históricos ou contra podas de árvores? Certamente, não são relacionadas com reprodução de mão de obra, então chamaremos de condições de conservação

de valor de patrimônio. Aquelas reivindicações que buscam a manutenção do valor da propriedade contra possíveis elementos que possam desvalorizá-la, ou seja, aquelas intervenções de infra-estrutura não-elementares, passíveis de serem taxadas como contribuição de melhoria, de acordo com o Artigo 145 da CF de 1988. (Souza,2010. P.241).

Seguem abaixo as tabelas com a distribuição dos conflitos protagonizados por Moradores e Vizinhos:

Objeto do Conflito	Conflitos	Objeto do Conflito	Conflitos
Segurança Pública	321	Vizinhança	14
Moradia	79	Infra-Estrutura urbana	11
Transporte, Trânsito, Circulação	53	Rios, Lagoas e Praias	10
Água, Esgoto e Drenagem	44	Energia e Gás	7
Legislação urbana e Uso do solo	29	Patrimônio Histórico	5
Acesso e uso do espaço público	23	Lixo e Resíduos	3
Saúde	18	Outros	2
Espaço sonoro e visual	17	Educação	1
Parques, Jardins e Florestas	16	Média	38,4
		Total	653

Tabela 2: Objetos de Conflitos – Moradores e Vizinhos

AGENTES RECLAMADOS

Essas diferenças nos Objetos de Conflitos refletirão nos Agentes Reclamados. Assim, as Associações de Moradores tem como principais Agentes Reclamados o Governo Municipal (com quase 60% dos registros), o Governo Estadual, a Polícia Militar e as Empresas Privadas, enquanto os Moradores e Vizinhos reclamaram dos seguintes Agentes e na seguinte ordem de prioridade: Polícia Militar, Governo Municipal, Governo Estadual e as Empresas Privadas.

A questão da segurança pública e seu agente mais visível e reclamado, a PM, são abordados de formas diferentes pelos dois coletivos: as

Associações reivindicam uma presença mais efetiva da PM, geralmente após assaltos ou mortes violentas nas ruas da cidade.

Por outro lado, os Moradores e Vizinhos, principalmente das favelas da cidade, reclamarão da política de confronto da Polícia Militar, instituição que com suas operações violentas nos bairros mais pobres da cidade que resultam na morte de vários inocentes, crianças e aposentados inclusive, tem sua ação paulatinamente reclamada pela população mais pobre sem que haja mudanças em seu modus operandi.

Quanto à ação do Governo Municipal, a questão da Moradia (principalmente contra as remoções) é a que mais mobilizou os Moradores e Vizinhos, enquanto as Associações mobilizaram-se por questões ligadas aos usos do espaço púbico, como iluminação pública, reformas de parques, etc..

Quanto ao Governo Estadual, as reclamações são ligadas à questão da política de segurança pública e aos serviços públicos de sua responsabilidade, como fornecimento de água e tratamento do esgoto, além da limpeza dos rios e lagoas da cidade.

As empresas privadas aparecem principalmente em dois serviços: o de transporte público e da construção civil, este último concentradamente nos bairros de expansão e especulação imobiliária, notadamente Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

O Estado, em suas diversas esferas, aparece como o principal Agente Reclamado, mas o confronto, no fundo, é contra o modelo que o sustenta, conforme explica Spessart:

> *Visto que as reivindicações por condições adequadas de vida para as maiorias da população dos países latino-americanos são incompatíveis com a forma atual de desenvolvimento capitalista do continente, tais reivindicações estão, em última instância, dirigidas contra o* ***capital*** *como relação social de dominação. Ainda assim, o destinatário principal destas demandas inseridas na esfera da reprodução é o Estado. E somente mediante a confrontação com este, como adversário, e através da*

luta, é possível conseguir resultados concretos. (Spessart ET AL. 1982. pág. 133. Cidade, Povo e Poder).

Ao mesmo tempo, os autores discutem que para os moradores dos bairros pobres o Estado é, simultaneamente, “adversário e garantia ao mesmo tempo” (p. 134), pois os serviços de infra-estrutura urbana e as garantias sobre a propriedade dos imóveis (regularização fundiária) ainda estão diretamente subordinadas ao Estado. Mesmo quando as reivindicações dirigem-se a particulares ou empresas privadas “é necessário realizar pressão política sobre o Estado para que este pressione o particular” (p. 136).

FORMAS DE LUTA

As Formas de Luta também refletem as diferentes demandas próprias de cada tipo de organização da população e também as diferentes formas de atuação do poder público nas áreas da cidade. Ou seja, as Associações tendem a manifestar-se de maneiras mais formais como abaixo-assinados e manifestações não-violentas e geralmente sem repressão à sua manifestação, ou ainda com denúncias através dos meios de comunicação ou do Ministério Público, enquanto os Moradores e Vizinhos recorrem às Manifestações em Praça Pública, em geral duramente reprimidas pela PM, ou Fechamentos de Vias - além de um número considerável de Depredações e Confrontos Diretos com as Forças de Segurança.

Spessart (1982) discute as alternativas de ação que as organizações de bairro dispõem para resistir e para exercer pressão política. E aponta que o “único meio de pressão política de que dispõem as organizações de bairro é a sua importância numérica. Porém, este fator só pesa se adquire visibilidade pública”, buscando formas de publicidade que ela chama de “extra-institucional”, ou seja, “manifestações públicas de massas” onde muitas vezes “é menos importante o impacto imediato nos locais em que se realizam, que o fato de obrigar os meios de comunicação de massas a informar sobre a ação do protesto, rompendo o silêncio que busca impor o monopólio dominante sobre as comunicações”

Desta forma, estes buscam as vias expressas, que rapidamente causam grandes engarrafamentos, e os incêndios nos ônibus que causam imagens fortes atrativas para o sensacionalismo dos meios de comunicação. Os moradores das favelas procuram ir para os bairros formais no seu entorno, entendendo que dentro das favelas dificilmente conseguirão visibilidade com cobertura da mídia. Já nos bairros ricos da zona sul essa visibilidade pública é conseguida na escolha de pontos turísticos, como a orla das praias.

As tabelas abaixo ilustram bem essas diferenças:

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	
Forma de Luta	Nº de Conflitos
Abaixo-Assinado, Cartas, Solicitações, etc.	47
Manifestação em praça pública	45
Denúncia via meios de comunicação	18
Denúncia pública via Ministério Público	11
Outros	10
Passeata	9
Judicial	4
Fechamento de vias	3
Depredação	1
Confronto direto com forças de segurança	1
Média	14,9
Total	149

MORADORES E VIZINHOS	
Forma de Luta	Nº de Conflitos
Manifestação em praça pública	232
Fechamento de vias	214
Depredação	42
Abaixo-Assinado, Cartas, Solicitações, etc.	38
Passeata	35
Denúncia via meios de comunicação	30
Denúncia pública via Ministério Público	25
Outros	13
Judicial	8
Confronto direto com forças de segurança	7
Carreata, Motociata ou Bicicleata	4
Ocupação de prédios ou terrenos	3
Paralisação e/ou Greve	2
Média	50,2
Total	653

Tabelas 3 e 4: Forma de Luta – Associações de Moradores e Moradores e Vizinhos, respectivamente.

LOCAIS DE ORIGEM

Os locais de origem também revelam bastante sobre os conflitos na cidade do Rio de Janeiro, onde há um nítido corte espacial na ação do poder público e, conseqüentemente, nos objetos e nas formas de manifestação dos conflitos. A análise da distribuição dos conflitos pelos bairros e favelas da cidade demonstra uma ação segregacionista dos órgãos e Instituições públicas, bem como das empresas privadas concessionárias de serviços públicos. A diferença na qualidade e na oferta de determinados serviços e equipamentos públicos essenciais, tais como fornecimento de água, luz, transporte, instalação de saneamento básico e, principalmente, na aplicação diferenciada da política de segurança pública, que criminaliza as áreas faveladas, refletirá na prioridade das reivindicações e demandas dos bairros.

Abaixo, o mapa com os Conflitos protagonizados pelas Associações de Moradores:

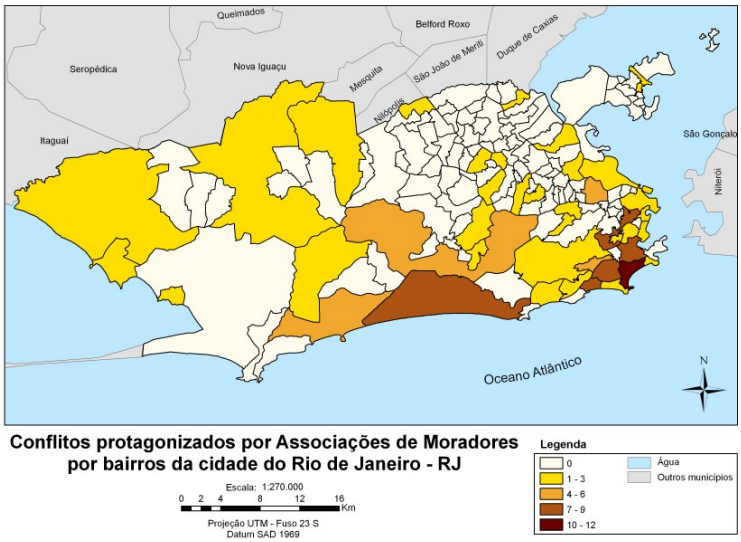


Figura 1: Conflitos protagonizados por Associações de Moradores por bairros.

Os bairros com maior poder aquisitivo terão nas Associações de Moradores o seu principal instrumento de reivindicação e pressão, com sua maior formalidade e tempo próprio de organização e mobilização, reflexo da natureza dos conflitos em que esses bairros estão envolvidos, que dificilmente são questões de primeira necessidade. Além disso, contam com maior

visibilidade nas mídias, tanto pela influência de seus moradores, como pela representatividade turística que esses bairros possuem.

Abaixo o mapa com os Conflitos protagonizados por Moradores e Vizinhos:

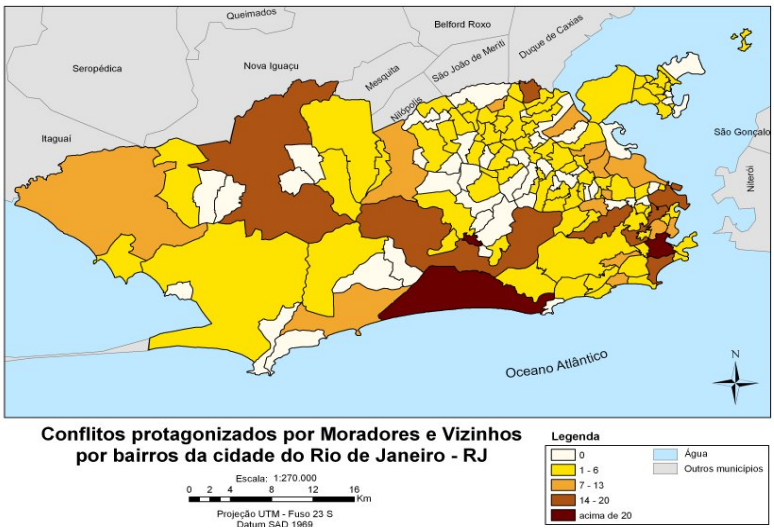


Figura 2: Conflitos protagonizados por Moradores e Vizinhos pro bairros.

FAVELAS

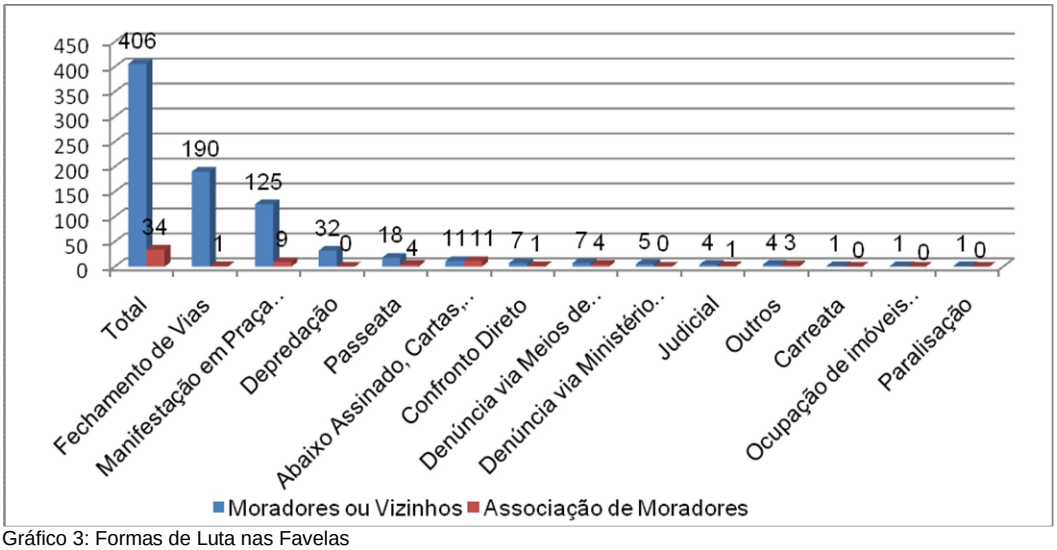


Gráfico 3: Formas de Luta nas Favelas

Os Moradores e vizinhos registraram no total 653 conflitos, destes 409 são em favelas ou bairros favelizados da cidade como Cidade de Deus, Acari e Parada de Lucas. Nesse universo com origem nas favelas, 290 são relativos à segurança pública, 46 referem-se à Moradia, 24 relativos à Água, Esgoto e Drenagem, 20 ao trânsito, 10 Saúde, 7 legislação e 3 de Infra-estrutura. Refletindo sobre esses objetos temos a Polícia Militar como o

principal agente reclamado com 246 registros, seguido do Governo Municipal com 57 e o Governo Estadual com 39 registros e o Governo Federal com 7, Cia de água com outros 7, Policia civil também com 7, poder judiciário com 4 e empresas de ônibus trem somam 5.

Os conflitos tiveram a seguinte distribuição ao longo dos anos: 1993 com 29 registros, 1994 com 28 registros, 1995 com 29, 1996 com 27, 1997 com 15, 1998 com 20, 1999 com 16, 2000 com 29, 2001 com 16, 2002 com 29, 2003 com 4, 2004 com 33, 2005 com 31, 2006 com 21, 2007 com 34, 2008 com 26, 2009 com 19 registros.

Apenas nas favelas o Fechamento de vias é a forma preferencial de luta, com 189 registros, seguido de manifestação em Praça Pública com 122 conflitos, e apresentando ainda um relativamente alto numero de Depredações, com 32 registros, e ainda passeata com 22 registros, contrastando com o baixo número de denúncias públicas que somam sete (7) denúncias nos meios de comunicação e outras cinco (5) denúncias ao Ministério Público, além de nove abaixo-assinados que podem estar sub-representados, tendo em vista que essas manifestações tendem a ocorrer no interior das comunidades, dificilmente sendo divulgadas na mídia, fonte principal do Observatório dos Conflitos.

Nas favelas e bairros pobres da cidade as dificuldades de organização encontradas pelos movimentos sociais em geral somam-se a elementos opressores armados que dominam as instituições populares e limitam seriamente qualquer mobilização dos moradores. O tráfico varejista de drogas e, mais recentemente, as milícias vêm impondo o terror e a subordinação a muitas comunidades e suas Associações de Moradores. Os riscos enfrentados pelas lideranças que contestam o poder dos traficantes são enormes e, freqüentemente, há relatos de assassinatos. Resultando num esvaziamento político dessas Associações, onde seus presidentes acabam virando “funcionários” do chefe do tráfico local (conforme relato presenciado por pesquisadores ligados a nossa pesquisa).

Porém, a última década viu crescer um novo ator no cenário político carioca: as milícias. Grupos armados formados por Policiais Militares, Civis e Bombeiros aposentados das corporações ou ainda na ativa. O Relatório da CPI da ALERJ mostra como as Associações vão sendo progressivamente

ocupadas pelas milícias para a realização de seus negócios escusos, com cobranças de taxas, loteamento de áreas residenciais e na formação de currais eleitorais, e ainda utilizando a própria estrutura física da Associação para torturas e reuniões de criminosos.

Esses fatores ajudam a explicar o relativamente baixo número de manifestações protagonizadas pelas Associações sediadas em favelas, apesar da enorme demanda.

As Associações de Moradores das favelas, e sua representante FAFERJ, são responsáveis por 29 dos 149 conflitos registrados por esse coletivo. Desses 29 conflitos, 14 são relacionados à segurança pública e outros 5 ligados à questão da moradia.

A partir de fins da década de 80 e inicio da década de 90, observa-se uma queda no ativismo nos bairros e favelas e nas suas associações de moradores. Souza aponta algumas razões para essa decadência: A separação entre “bairros” e “favelas”, o clientelismo e os efeitos desestruturadores/reestruturadores e desmoralizadores do tráfico de drogas. Alguns fatores tiveram sobre os moradores de favelas impactos, iguais ou superiores àqueles bairros dos formais como crise econômica, caciquismo e populismo... Mas há também aqueles fatores cujo impacto foi menor, como o vanguardismo e a migração de lideranças populares para partidos políticos, pois estes viriam em sua maioria da classe média e dos bairros formais.

Reivindicações na década de 90

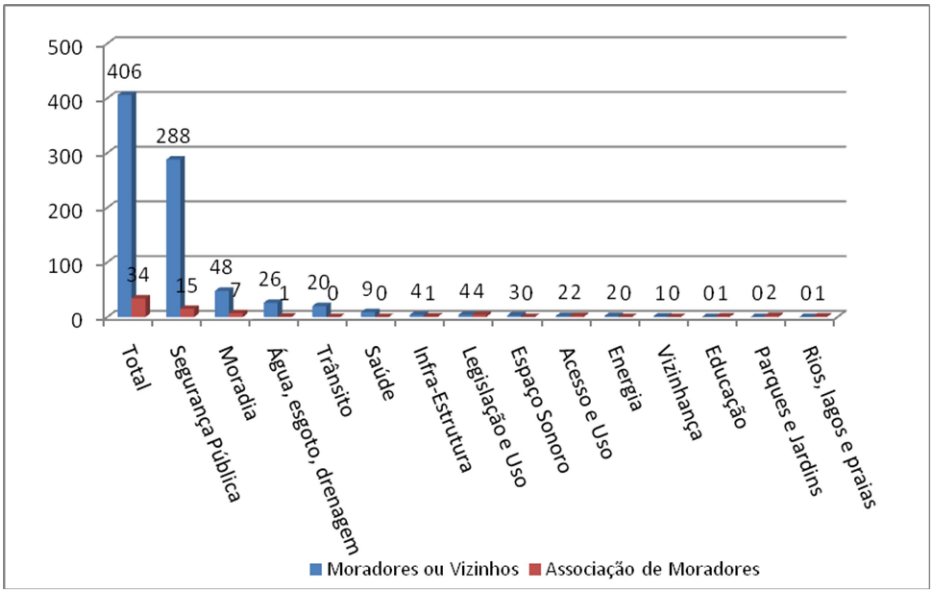


Gráfico 4: Reivindicações na década de 90.

Abaixo, seguem as tabelas,

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	
Local	Nº de Conflitos
Cidade Toda	16
Copacabana	12
Botafogo	9
Barra da Tijuca	8
Santa Teresa	8
Leblon	8
Lagoa	7
Jardim Botânico	6
Média	3,3
Total	149

MORADORES E VIZINHOS	
Local	Nº de Conflitos
Barra da Tijuca	41
Maré	35
Cidade de Deus	26
Botafogo	21
Campo Grande	20
Jacarepaguá	19
Tijuca	18
Santa Teresa	18
Centro	17
Vigário Geral	17
Copacabana	16
Cidade Toda	14
Leblon	13
Rocinha	12
Caju	12
Complexo do Alemão	11
Manguinhos	11
Média	5,8
Total	653

Tabelas 5 e 6: Associação de Moradores e Moradores e Vizinhos, respectivamente, por local.

A tabela relativa às Associações de Moradores revela outro dado importante, o grande número de conflitos que tem origem na categoria “Cidade Toda”, sendo esta a origem com maior quantidade de registros. Confirmando uma tendência apontada por um líder da FAMERJ em entrevista que as Associações buscam temas mais gerais para tentar agregar uma quantidade maior de pessoas às suas reivindicações. O coletivo Moradores e Vizinhos também foi mobilizado por questões que remetem à Cidade como um todo. Dos 13 conflitos registrados, seis foram relativos à segurança pública, sendo cinco passeatas pela Paz, das quais duas foram planejadas por grupos religiosos. Outra questão importante, com três registros, foi a proposta de

mudanças nas regras para cobrança do IPTU, que incidiria sobre centenas de milhares de imóveis.

CONCLUSÃO

A análise e comparação na atuação das diversas Associações de Moradores da cidade do Rio de Janeiro revelam as profundas clivagens presentes na sociedade brasileira e carioca. Uma cidade dividida entre aqueles bairros onde moram os “Cidadãos” que tem renda e influência política e assim têm seus direitos assegurados e de outro o “povo pobre” que tem que lutar diariamente por direitos simples, garantidos na Constituição de 1988, como liberdade de ir e vir, igualdade entre os seres, segurança pública e geral, moradia digna e o direito à vida.

Vimos como a população carioca vem enfrentando dificuldades para se organizar e exigir suas demandas e a garantia de seus direitos. Porém, vimos também que essas dificuldades são maiores para um determinado grupo, espacialmente definido, que tem que, literalmente, lutar para ser considerado um coletivo de cidadãos, contra um Estado que lhes nega as condições mínimas de vida e ainda os oprime para que suas vozes sejam caladas. Um estado que trabalha na direção de impossibilitar o conflito, de silenciar a crítica, de garantir a livre circulação de uns reprimindo violentamente os locais de moradia de outros.

Por outro lado, em algumas regiões da cidade, concentradamente na sua zona sul, o poder público atende rapidamente as reivindicações, todas com ampla repercussão nas mídias, permite sua livre organização e concentra os futuros investimentos nessas áreas já plenamente assistidas.

Assim, podemos concluir que organizar-se livremente em Associações de Moradores são, hoje, um privilégio para poucos, restando à maior parte da população a reunião revoltada, espontânea e incontrolável. Mas esses moradores dão sinais de que nem toda essa opressão legitimada os fará calar e, assim, aqueles que moram nos subúrbios e periferias (próximas ou distantes) são o coletivo mais mobilizado nesta Cidade.

“A classe média não quer direitos e, sim privilégios!” Milton Santos.

Bibliografia utilizada:

- Sítio do Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro**: www.observaconflitos.ippur.ufrj.br**

- Entrevistas realizadas na sede da FAMERJ no período entre agosto e setembro de 2010.

- Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

- Souza, Marcelo Lopes (2001). O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de janeiro: Bertrand Brasil.

  -- (2010). Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

- Spessart ET AL. (1982)*. 1982. Cidade, Povo e Poder. Editora USP.*

- *Relatório Final CPI das Milicias. ALERJ.*